

Fragmento de Daniel Dennett, *Elbow Romm: The varieties of free will worth wanting* (pp. 132-133), Oxford: Clarendon Press, 1984, traduzido por Marcelo Fischborn.

[Depois de apresentar o argumento de Frankfurt contra o princípio de possibilidades alternativas, Dennett prossegue com o trecho que segue (sobre o argumento de Frankfurt, ver o Capítulo 31 de M. Bruce e S. Barbone, orgs., *Os 100 argumentos mais importantes da filosofia ocidental*, São Paulo: Cultrix, 2013).]

Eu aceito a análise que Frankfurt faz desses casos (isto é, acho que podem ser defendidos contra as objeções levantadas por van Inwagen, Fischer e outros), e penso que esses experimentos de pensamento são úteis apesar de invocarem o bicho-papão imaginário, pois chamam nossa atenção para a importância, para a responsabilidade, da cadeia causal efetiva de deliberação e escolha que perpassa o agente—o que quer que possa estar acontecendo for a dele.

Mas a estratégia de Frankfurt me parece não ser ambiciosa o suficiente. Embora ele considere que seus contraexemplos mostram que o princípio de “poderia ter feito de outra maneira”—o qual ele chama de princípio de possibilidades alternativas—é irremediavelmente falso, seus contraexemplos levam em conta casos especiais e improváveis, e convidam o defensor do princípio a tentar um remendo: modificar levemente o princípio para dar conta dos casos problemáticos de Frankfurt. Circunstâncias exóticas fazem pouco ou nada para dissipar a ilusão de que, no desenrolar normal das coisas, onde tal sobredeterminação está ausente, o princípio que vale é de fato que, se uma pessoa não poderia ter evitado (não poderia ter agido de outra maneira), ela não seria responsabilizada. Mas, de fato, argumentarei, raramente é o caso que sequer parecemos nos importar com se uma pessoa podia ou não ter agido de outra maneira. E quando o fazemos, é frequentemente porque queremos extrair a conclusão oposta sobre a responsabilidade do que aquela que a tradição endossa.

“Aqui estou”, disse Lutero. “Não posso fazer outra coisa”. Lutero disse que não podia fazer outra coisa, que sua consciência tornava impossível que se retratasse. Ele poderia, certamente, estar errado ou estar exagerando a verdade deliberadamente. Mas mesmo que estivesse—talvez especialmente se estivesse—sua declaração é testemunho do fato de que simplesmente não isentamos alguém de culpa ou elogio por um ato por pensarmos que não podia agir diferentemente. O que quer que Lutero estivesse fazendo, não estava tentando se esquivar da responsabilidade.

Há casos em que a afirmação “Não posso agir diferentemente” é uma confissão de fraqueza: suponha que eu devesse entrar no avião e voar em segurança, mas em vez disso ficasse pregado no chão e confessasse que não podia fazer outra coisa devido ao meu medo irracional e debilitante de voar. Num caso desses, não posso fazer outra coisa, afirmo, porque minha faculdade de controle racional está danificada. Mas em outros casos, como o de Lutero, quando digo que não posso agir diferentemente quero dizer que não posso porque vejo tão claramente qual é a situação e porque minha faculdade de controle racional não está danificada. É tão óbvio o que fazer; a razão o dita; eu teria de ser louco para agir diferentemente e, como não sou, não posso agir de outro modo. (Note, a propósito, que dizemos que cabia a Lutero retratar-se ou não, e não nos sentimos tentados a abrir mão desse juízo quando descobrimos que afirmou não poder fazer outra coisa. Note, também, que frequentemente dizemos coisas como esta: “Se coubesse a mim, sei de certeza o que faria”.)

Espero que seja verdade—e penso que é muito provavelmente verdade—que seria impossível me induzir a torturar uma pessoa inocente oferecendo-me mil dólares. “Ah”—vem a objeção—“mas e se alguns piratas espaciais maus estivessem fazendo o mundo refém, e promettesse não destruir o mundo se você simplesmente torturasse uma pessoa inocente? Você consideraria isso impossível de fazer?” Provavelmente não, mas e daí? Esse é um caso muito diferente. Se interessa se eu poderia agir de outro modo sob as condições especificadas, então o outro caso mencionado é totalmente irrelevante. Eu afirmo que não seria possível induzir-me a torturar alguém por mil dólares. Aqueles que têm apreço pelo princípio de “poderia ter feito de outro modo” estão sempre insistindo que devemos ver se se poderia agir de outro modo sob condições exatamente iguais. Eu afirmo algo mais forte; afirmo que eu não poderia agir de outra maneira mesmo em qualquer caso similar em linhas gerais. Eu nunca concordaria em torturar uma pessoa inocente por mil dólares. Não faria diferença, sustento, que tom de voz o subornador usasse, ou se eu estivesse ou não cansado ou com fome, ou se a vítima sugerida estivesse bem iluminada ou parcialmente escondida na sombra. Estou, espero, imune a todas essas ofertas.

Agora, por que as intuições de alguém sugeririam que, se estou certo, então se e quando eu tivesse ocasião de recusar uma tal oferta, minha recusa não contaria como uma ação responsável? Talvez isto seja o que as pessoas pensem: que se estivesse certo quando afirmo que não poderia agir de outro modo em tais casos, eu seria um tipo de zumbi, “programado” para sempre recusar subornos de mil dólares. Um agente genuinamente livre, eles pensam, tem de ser mais volátil, de alguma maneira. Se sou capaz de ouvir à razão, para que eu seja flexível da maneira correta, pensam eles, não posso ser tão dogmático. Mesmo nos casos mais ridículos, então, tenho de ser capaz de ver que “há dois lados para cada questão”. Preciso ser capaz de pausar e pesar os prós e contras desta sugestão de uma pequena tortura lucrativa. Mas a única maneira pela qual eu poderia ser constituído para sempre poder “ver ambos os lados”—não importa quão ridículo um dos lados fosse—seria sendo constituído de modo que em qualquer caso particular “Eu pudesse ter agido de outra maneira”.

Esse seria um raciocínio falacioso. Ver ambos os lados da questão não exige que não se esteja definitivamente persuadido, ao final, por um dos lados. A flexibilidade que queremos que um agente responsável tenha é a flexibilidade de reconhecer o caso-em-um-zilhão em que, graças a mil dólares, não obtiveis de outra maneira, o mundo possa ser salvo (ou o que seja). Mas a capacidade geral de responder flexivelmente nesses casos de modo algum exige que alguém “poderia ter agido de outro modo” no caso particular, mas apenas que sob algumas variações das circunstâncias—as variações que importem—se agiria de outra maneira.